ÍNDICE

Nota à 7ª edição XVII
Nota à 6ª edição XIX
Nota à 3ª edição XXI
Apresentação XXIII

TÍTULO I

DA VALIDADE DOS ATOS JURÍDICOS

Capítulo I

NOÇÕES PRELIMINARES

§ 1º Precisões terminológicas 1
1. Sentido de validade 1
2. Sentido de ato jurídico 3
§ 2º Ato jurídico e validade. Validade e invalidade (conceituação) 4
§ 3º Fundamentos da validade 6
§ 4º A moderna concepção de validade 8
§ 5º Existir, valer, ser eficaz 12
§ 6º Sobre a possibilidade de elaboração de uma teoria geral da validade (ou das nulidades) 14
§ 7º Fatos jurídicos que passam pelo plano da validade 17

Capítulo II

DOS PRESSUPOSTOS DE VALIDADE

§ 8º Considerações gerais 19
§ 9º Pressupostos relativos ao sujeito 21
§ 10. Capacidade de agir do agente 24
1. Idade e capacidade 27
2. Sanidade mental e física 29
3. Condição cultural. O silvícola 31
4. Interdição legal 32
§ 11. Capacidade e legitimação 33

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1. Distinções quanto à essência 33
1.1. Legitimação e poder de disposição 34
1.2. Legitimação e poder de adquirir 35
1.3. Legitimação e poder de endividamento 36
2. Distinções quanto às conseqüências 36
§ 12. Perfeição da manifestação de vontade (ausência de defeitos invalidantes) 38
§ 13. Pressupostos relativos ao objeto 39
§ 14. Forma e solenidades substanciais 40
1. No direito material 40
2. No direito processual 46

TÍTULO II
DA INVALIDADE DOS ATOS JURÍDICOS

Capítulo I
NOÇÕES FUNDAMENTAIS

§ 15. Invalidade e ilicitude 49
§ 16. O caráter ilícito da invalidade 49
§ 17. Invalidade como sanção 52
§ 18. As objeções doutrinárias 53
1. A opinião de Bobbio 54
2. A concepção de Hart 55
3. Outra objeção. Crime e nulidade 55
4. Crítica a essas objeções 56

Capítulo II
GRAUS DA INVALIDADE

§ 19. Nulidade e anulabilidade 60
1. Considerações preliminares 60
2. Divergências terminológicas. Nulidade absoluta e nulidade relativa 61
3. O problema do *ato inexistente* 65

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo III

ESPÉCIES DE INVALIDADE

§ 20. Invalidade total e parcial 69
1. Conceituação 69
2. Invalidade e separabilidade de partes do negócio jurídico . 69
3. A separabilidade de partes 72
4. Princípio da incontagiação da nulidade 74
§ 21. Invalidade substancial (material) e formal 74
§ 22. Nulidade *de pleno iure* e nulidade dependente de alegação 76
§ 23. Nulidade originária, nulidade superveniente e nulidade suspensa (?) 78

TÍTULO III

DA NULIDADE

Capítulo I

DAS CAUSAS DE NULIDADE

§ 24. Generalidades 81

Capítulo II

DA INCAPACIDADE ABSOLUTA DO AGENTE

§ 25. Menoridade 82
§ 26. Ausência de discernimento para a prática de atos da vida civil ... 83
§ 27. Impossibilidade de exprimir a vontade 85
§ 28. Interdição legal 86
§ 29. Momento em que se apura a incapacidade 87

Capítulo III

DA INCOMPATIBILIDADE COM A BOA-FÉ E A EQÜIDADE

§ 30. Má-fé. Incompatibilidade com a eqüidade 88

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo IV

ILICITUDE, IMPOSSIBILIDADE E INDETERMINABILIDADE DO OBJETO

§ 31. Da ilicitude do objeto (Código Civil, art. 166, II, 1ª parte) 91
1. Conceituação 91
2. Objeto contrário à lei 92
2.1. Infração às normas jurídicas 92
2.2. Infração direta às normas jurídicas 93
2.3. Infração indireta às normas jurídicas (fraude à lei) 95
2.3.1. Noções fundamentais 95
2.3.2. Fraude à lei e intencionalidade 98
2.3.3. Fraude à lei e meios empregados 99
2.3.4. Normas jurídicas fraudáveis 102
2.3.5. Fraude à lei e figuras assemelhadas 103
2.3.6. Conseqüências da fraude à lei 105
3. Objeto imoral. Incompatibilidade com os bons costumes .. 107
4. Momento em que se apura a ilicitude 111
§ 32. Impossibilidade do objeto 112
1. Considerações gerais 112
2. Impossibilidade física e jurídica 113
2.1. Impossibilidade física 113
2.2. Impossibilidade jurídica 114
2.3. Momento em que se apura a impossibilidade 117
§ 33. Indeterminabilidade do objeto 118

Capítulo V

ILICITUDE DO MOTIVO DETERMINANTE DO NEGÓCIO JURÍDICO

§ 34. Motivo ilícito 119
1. Considerações gerais 119
2. Pressupostos da invalidade por motivo ilícito 120
3. Dados irrelevantes 122

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Observações críticas 122

Capítulo VI

DESRESPEITO A DISPOSIÇÃO LEGAL SOBRE FORMA

§ 35. Desrespeito à forma 124
§ 36. Forma e nulidade do instrumento 124
§ 37. Publicidade e forma 127

Capítulo VII

DA SIMULAÇÃO

§ 38. Simulação invalidante 128
1. Conceituação 128
2. Espécies de simulação 130
2.1. Simulação nocente e inocente 130
2.2. Simulação absoluta e relativa 130
2.3. Observação crítica 131
2.4. Negócio simulado e negócio dissimulado 133
§ 39. Simulação e figuras assemelhadas 133
1. Simulação e reserva mental 133
2. Simulação e negócio jurídico fiduciário 134
3. Simulação e fraude à lei 135
§ 40. Conseqüências da simulação invalidante 136
1. Soluções 136
2. Ação direta 136
2.1. Simulação absoluta inocente 136
2.2. Simulação relativa inocente 137
2.3. Simulação nocente 137
3. Prova da simulação 138
4. Natureza da sentença e seu alcance 138
5. Indenizabilidade dos danos 138

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

TÍTULO IV
DA ANULABILIDADE

Capítulo I
DAS CAUSAS DE ANULABILIDADE EM GERAL

§ 41. Introdução 139

Capítulo II
DA FALTA DE ASSENTIMENTO DE OUTREM

§ 42. Considerações gerais 141
§ 43. Falta de assentimento assistencial (incapacidade relativa do agente) 142
§ 44. Falta de assentimento resguardativo 146

Capítulo III
DOS VÍCIOS DA VONTADE

§ 45. Vícios da vontade 147

Capítulo IV
DO ERRO

§ 46. Generalidades 149
1. Conceituação 149
2. Erro e ignorância 149
3. Erro e manifestação de vontade 150
§ 47. Erro invalidante 151
1. Erro substancial 152
2. Escusabilidade ou recognoscibilidade do erro (?) 153
2.1. Observações preliminares 153
2.2. O atual direito nacional 154
§ 48. As várias espécies de erro substancial 157

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1. *Error in negotio* (erro sobre a natureza do negócio) 157
2. *Error in corpore* (erro sobre o objeto) 158
3. *Error in persona* (erro sobre a pessoa) 161
4. Motivos relevantes (falso motivo) 162
5. Erro de direito (*error iuris*) 163
6. Erro de cálculo 165
§ 49. Peculiaridades relativas ao erro 166
1. Cessação da anulabilidade 166
2. Ação própria 166
3. O réu e sua defesa 166
4. Reparabilidade de danos 167

Capítulo V

DO DOLO

§ 50. Dolo invalidante 168
1. Conceituação 168
2. Pressupostos do dolo invalidante 169
3. Dados irrelevantes para caracterização do dolo invalidante 171
4. Dolo positivo e dolo negativo 173
5. Dolo em negócio jurídico unilateral 174
§ 51. Dolo não invalidante 174
§ 52. Dolo e figuras parecidas 175
1. Dolo e erro 175
2. Dolo e fraude civil 175
3. Dolo e coação 176
4. Dolo invalidante, ato ilícito doloso e dolo (fraude) criminal 176
§ 53. Peculiaridades relativas ao dolo 179
1. Ação própria 179
2. Alegação como defesa 179
3. A *exceptio doli* 180
4. Alegação em reconvenção 180
5. Inalegabilidade do dolo pelo seu autor 180
6. Ônus da prova 181
7. A defesa do réu 181
8. Reparação de danos 181
9. Alcance da decisão 182

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo VI

DA COAÇÃO

§ 54. Coação invalidante 183
1. Conceituação 183
2. Pressupostos da coação invalidante 184
3. Dados irrelevantes para caracterizar a coação 187
§ 55. Ilícito invalidante, ilícito indenizativo e ilícito penal 188
§ 56. Peculiaridades quanto à coação 189
1. Ação direta 189
2. Alegação como defesa 190
3. Alegação em reconvenção 191
4. Inalegabilidade da coação pelo seu autor 191
5. Ônus da prova 191
6. A defesa do réu 191
7. Reparação de danos 192

Capítulo VII

DO ESTADO DE PERIGO

§ 57. Do estado de perigo invalidante 193
1. Conceituação 193
2. Pressupostos do estado de perigo invalidante 193
§ 58. Peculiaridades quanto ao estado de perigo 196
1. Ação direta 196
2. Alegação em defesa ou em reconvenção 196
3. Ônus da prova 197
4. A defesa do réu 197
5. Eliminação da anulabilidade 197

Capítulo VIII

DA LESÃO

§ 59. Da lesão invalidante 198
1. Considerações gerais 198
2. Pressupostos da lesão invalidante 200
3. Dados irrelevantes para caracterizar a lesão 201

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

§ 60. Peculiaridades referentes à lesão 202
1. Apuração da onerosidade da obrigação 202
2. Exclusão da anulabilidade 203
3. Ação direta 203
4. Ônus da prova 204
5. A defesa do réu 204

Capítulo IX

DA FRAUDE CONTRA CREDORES

§ 61. Conceituação 205
1. Conceito 205
2. Pressupostos essenciais 205
2.1. Ato de disposição 205
2.2. A insolvência do devedor 206
2.3. Anterioridade do crédito ao ato de disposição 206
2.4. *Eventus damni* 207
3. Os elementos não-essenciais 207
3.1. *Consilium fraudis* 207
3.2. A *scientia fraudis* 208
3.3. A onerosidade ou gratuidade 208
3.4. A natureza do crédito 209
4. Presunção de fraude 209
5. Presunção de boa-fé 210
§ 62. Conseqüências da fraude contra credores 211
1. As sanções 211
2. Anulabilidade, ineficácia relativa e revogabilidade. Conceituações e distinções 212
3. Alegação da fraude 215
§ 63. Peculiaridades relativas à fraude contra credores 215
Ações. Espécies 215
I — Dívida civil 215
(*a*) Ação anulatória 215
1. Fundamento legal 215
2. Legitimação ativa 216
3. Legitimação passiva 216

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Terceiro de boa-fé 216
5. Concurso de credores 216
6. Rito da ação 216
7. Ônus da prova 217
8. Elisão pelo depósito 217
9. Eficácia da sentença 217
(*b*) Ação declaratória de ineficácia relativa 217
1. Pressupostos 217
2. Legitimação ativa 217
3. Legitimação passiva 218
4. Eficácia da sentença 218
II — No juízo de falências 218
1. Diversidade de ações 218
2. Legitimação ativa 218
3. Legitimação passiva 218
4. Rito processual 218
5. Alegação em defesa 219
6. Eficácia da sentença 219

Capítulo X

ANULABILIDADE POR IMPOSIÇÃO LEGAL

§ 64. Espécies de anulabilidade por imposição legal 223

TÍTULO V

CARACTERÍSTICAS E CONSEQÜÊNCIAS DA INVALIDADE

Capítulo I

INTRODUÇÃO

§ 65. Considerações gerais 225
§ 66. Princípio da conservação 226

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II

INVALIDADE E EFICÁCIA

§ 67. Ato nulo e ineficácia jurídica 228
1. Precisões conceptuais 228
2. Eficácia excepcional do ato nulo 228
3. Ineficácia do ato nulo 231
4. Cumprimento de obrigação decorrente de ato nulo 231
§ 68. Ato anulável e eficácia jurídica 232

Capítulo III

EXTINÇÃO DA INVALIDADE

§ 69. Considerações gerais 234
§ 70. Convalidação e invalidade 235
1. Nulidade e inconvalidação 235
2. Convalidação do ato anulável 237
§ 71. Sanação e invalidade 239
1. Insanabilidade e repetibilidade do ato nulo 239
2. Sanação da anulabilidade 240
2.1. Confirmação 241
2.2. Assentimento posterior 245

Capítulo IV

LEGITIMAÇÃO PARA ALEGAR A INVALIDADE

§ 72. Legitimação para argüir a nulidade 246
1. Generalidades 246
1.1. Nas nulidades *de pleno iure* 246
1.2. Nas nulidades dependentes de alegação 247
2. Alegação de nulidade por quem lhe deu causa 248
§ 73. Legitimação para argüir a anulabilidade 248

Capítulo V

DA DESCONSTITUIÇÃO DO NEGÓCIO INVÁLIDO

§ 74. Desconstituição do negócio jurídico nulo 250

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1. Do negócio jurídico 250
1.1. Por decisão judicial 250
1.2. Dos efeitos 252
2. Por ato administrativo 252
3. Alcance da desconstituição 253
4. Necessidade de desconstituição 253
§ 75. Desconstituição do negócio jurídico anulável 255
1. Do ato jurídico 255
2. Da eficácia 256

Capítulo VI
DA CONVERSÃO

§ 76. Conceituação 257
1. Conversão do ato jurídico 257
I — De natureza objetiva 257
II — De caráter subjetivo 258
2. Conversão e nulidade 259
3. Conversão e anulabilidade 259
§ 77. Espécies de conversão 260
1. Conversão substancial 260
2. Conversão formal 260
3. Conversão legal (?) 261
§ 78. Admissibilidade de conversão nos sistemas jurídicos 264
§ 79. Conversão e sanação 264

Bibliografia 265
Índice alfabético-remissivo 285

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br